



Cultura participativa e opinião: O Abril Vermelho no Recife em jornal e na web¹

Dario Brito ROCHA JR.²
Universidade Católica de Pernambuco, Recife, PE

Resumo

Este artigo tem como objetivo principal avançar nas reflexões iniciadas em trabalhos anteriores a respeito da introdução da cultura participativa (em meio às discussões sobre convergência midiática) na cobertura de jornais impressos. Tomamos como base de nossa apreciação uma matéria publicada em abril do corrente ano num jornal recifense a respeito de protestos do MST no centro do Recife e seu reflexo na sociedade, observando alguns desdobramentos na opinião de leitores e internautas.

Palavras-chave: jornalismo impresso; cobertura jornalística; opinião; convergência midiática; cultura participativa.

Um certo “poder de dizer enfim”

É fato que dificilmente alguém que viva em sociedade hoje em dia resista de maneira tão fácil à tentação de emitir publicamente sua opinião a respeito de qualquer que seja o acontecimento noticioso apresentado diante de seus olhos. Vivemos numa época cujo nosso comportamento e também os dos nossos pares (talvez amplificados por conta dos avanços tecnológicos das últimas décadas) não raro fazem com que tenhamos a consciência de que aquilo que é exposto para uma parcela considerável da sociedade em “ambiente oficial”, como jornais impressos de grande circulação, programas de rádio e televisão em horário nobre ou portais de notícia, cada vez mais (e até mesmo por conta dessa amplitude de alcance) venha tomando maiores proporções, ora suscitando debates, ora se instalando na pauta daquilo que comumente é chamado de opinião pública³.

¹ Trabalho apresentado no GP Jornalismo Impresso no X Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestre em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Professor de Jornalismo e Novas Tecnologias, Teoria e Prática de Pesquisa em Comunicação, Pesquisa em Comunicação, Teorias da Comunicação e Redação Jornalística 1 e 2 da Universidade Católica de Pernambuco – Unicap. E-mail: dariobrito@gmail.com

³ Autores historicamente reconhecidos como referência no tema Jornalismo Opinativo, a exemplo de BELTRÃO (1980) situam a opinião pública como o resultado de outras opiniões que circulam neste campo discursivo e suscitam o debate em larga escala, como a opinião do editor (entendida como linha editorial, provinda do grupo de controle dos órgãos de imprensa), a opinião do jornalista e a opinião do leitor.



Logo, numa época em que comentar, deixar uma marca, ponderar, criticar ou simplesmente dizer é praticamente obrigatório até por conta da importância do “lugar” virtual onde esse material opinativo fica depositado (e faz com que a personalidade, a identidade, a referência do autor seja tomada a partir desse dito), não se admira que algumas das vezes o próprio comentário supere em importância o fato que o originou, que as atenções se voltem para o *posteriori* em detrimento do *priori*, que, no caso específico dos jornais, a notícia “se perca” e passe a dar lugar ao “achado” da opinião.

Também é oportuno perceber que a Rede Mundial de Computadores (Internet) – e todas as ferramentas que ela disponibiliza – fizeram com que essa importância da opinião, sobretudo a de quem está do outro lado da mídia (até o presente momento, leitores, ouvintes, telespectadores, internautas), tomasse corpo. Nesse sentido, concordamos com Lemos e Lévy (2010) quando citam que:

“(…) Compreendemos então, visto a explosão da diversidade das mensagens, que a maior parte do “privado” era apenas a parte do público reprimida: uma palavra que não tinha abertura nem formas de distribuição. Faltava uma estrutura técnica, uma rede planetária e aberta. As pessoas sempre têm muitas coisas a dizer, imagens e músicas a difundir, coisas a trocar, injustiças a denunciar, sofrimentos a expressar, histórias a contar, opiniões a oferecer, questões a colocar, poemas a declarar, testemunhos a compartilhar, fotos a mostrar, músicas a serem ouvidas. E esse descolamento da palavra, esse “poder de dizer enfim”, esse “mostrar” e “se mostrar” generalizado é que é uma das principais dimensões da revolução ciberdemocrática em curso” (p. 89-90).

Some-se a essa necessidade de opinar o fato de que, desde a explosão de informação que foi ocasionada pela Internet, o fenômeno da convergência midiática vem sendo discutido visivelmente com mais efervescência, sobretudo nos ambientes jornalísticos. A possibilidade de incorporação de uma nova cultura de produção/consumo midiático (e não apenas um fenômeno visto pura e simplesmente como fruto de avanços e revoluções tecnológicas) também é dos temas mais abordados por jornalistas nos diferentes âmbitos de relacionamento com a execução da notícia: editores, subeditores, repórteres, fotógrafos, designers, produtores, etc. O fato é que muito vem sendo discutido sobre o que deve ser feito e, assim como todo “novo” fenômeno, as execuções, de início, ainda tornam-se distantes daquilo que em tese poderia ser realizado.



Nesse compasso, podemos perceber que também é fato que desde a década de 70 vários autores de uma forma ou de outra colocaram nas pautas de suas obras o tema da convergência, sejam Nicholas Negroponte, Henry Jenkins, Pere Masip, José Alberto García Avilés, Ramón Salaverría ou Manuel Castells, num universo que torna-se cada vez mais bem representado. De toda maneira, tende-se ao mesmo tempo a refletir não somente sobre que impactos esse fenômeno trará na mídia nos próximos anos (discussão que já tem se tornado bastante desgastante) como também – essa outra reflexão, bem menos explorada – de que forma estamos lidando com a convergência já há algum tempo em face de erros e acertos na prática diária de um jornalismo que pretende-se cada vez mais convergente, sobretudo em veículos de mídia impressa.

Dessa forma nos debruçamos no presente artigo sobre o caso originado pela matéria publicada no periódico impresso pernambucano *Jornal do Comercio* e também no *JC OnLine* a respeito dos protestos do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) na manhã do dia 19 de abril de 2010 nas principais ruas do centro do Recife. O ato contestatório, pensado e executado para “chamar a atenção para a pauta de reivindicações que inclui o assentamento de 17 mil famílias acampadas em Pernambuco” (*JC*, 20/04/10, *Cidades*, p. 4) acabou interrompendo, por conta de marchas dos integrantes do movimento, o trânsito em três das principais avenidas que cortam a cidade (Norte, Caxangá e Abdias de Carvalho), causando um reflexo na Região Metropolitana do Recife como um todo.

A partir deste fato noticioso, nossa primeira observação diz respeito à busca de similaridades e disparidades entre os feedbacks (aqui entendidos como manifestações da cultura participativa) dados por leitores e internautas (os primeiros na seção de Cartas do jornal e os demais na área virtual de comentário). Tentamos, dessa maneira, não julgar, acusar ou simplesmente tomar essa cobertura e suas ferramentas disponibilizadas para o público como um exemplo deslocado do ambiente de convergência (e, sobretudo, de cultura participativa), mas refletir sobre como alguns temas urgentes na nossa pauta diária poderiam, talvez, apresentar uma execução bem mais sintonizada com as novas possibilidades surgidas de uns tempos pra cá. Tal questionamento, aliás, faz parte das principais áreas de interesse que permeiam as reflexões do Grupo de Mídia e Cultura Contemporânea, da Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), no qual o presente estudo foi desenvolvido.



Mudanças tecnológicas e culturais: reflexo na mídia

Há dois fenômenos que nos interessam particularmente para a reflexão que propomos aqui: convergência midiática e cultura participativa. Sob esses conceitos tão discutidos atualmente (se não exatamente com esses termos, pelo menos em seus desdobramentos e impactos) estão pautadas as reflexões sobre a nova forma de relação que temos tido tanto no âmbito da “produção” quanto no do “consumo” de mídia – se é que atualmente é possível separar esses dois lados de relação com o conteúdo noticioso. Jenkins (2009:29-30) discorre de maneira muito clara a respeito das duas ideias:

“Por convergência, refiro-me ao fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando”.

E mais adiante:

“A expressão cultura participativa contrasta com noções mais antigas sobre a passividade dos espectadores dos meios de comunicação. Em vez de falar sobre produtores e consumidores de mídia como ocupantes de papéis separados, podemos agora considera-los como participantes interagindo de acordo com um novo conjunto de regras, que nenhum de nós entende por completo. Nem todos os participantes são criados iguais. Corporações – e mesmo indivíduos dentro das corporações da mídia – ainda exercem maior poder do que qualquer consumidor individual, ou mesmo um conjunto de consumidores. E alguns consumidores têm mais habilidades para participar dessa cultura emergente do que outros”.

Nos últimos anos esse processo contribuiu para uma mudança de paradigma no campo comunicacional, operando novas relações profissionais com o tema e também de “consumo de notícias”. Como já apontava Castells (1999:414) mais de uma década antes a respeito do previsível saldo desse fenômeno:

“O surgimento de um novo sistema eletrônico de comunicação caracterizado pelo seu alcance global, integração de todos os meios de comunicação e interatividade potencial está mudando e mudará para sempre nossa cultura. Contudo, surge a questão das condições, características e efeitos reais dessa mudança”



Todos concordamos que o lugar virtual onde essas transformações comportamentais são perceptíveis de forma mais evidente é o das ferramentas tecnológicas que se baseiam em redes sociais (a exemplo do Orkut, Facebook, Twitter, MySpace, Hi5 e tantas outras) aliadas à própria disponibilidade do conteúdo jornalístico no ambiente virtual – em portais de notícias, sites, blogs, microblogs e fotologs (ou qualquer outra nova formatação que venha a ser desenvolvida nesse sentido). Claramente elas figuram como alguns dos elementos responsáveis por este novo ordenamento na produção e recepção de notícias, reconfigurando antigas certezas que hoje não se fazem mais presentes.

O jornalismo vem experimentando, desde então, inúmeras e – em muitos casos – decisivas transformações nos processos de produção da notícia e de veiculação do material para o público final. Inegavelmente isso faz surgir questionamentos quanto ao formato de organização do trabalho do jornalista por conta do aparecimento e democratização de novos suportes comunicacionais ou ferramentas tecnológicas que influenciam diretamente o desenvolvimento desses processos. A esse respeito Lemos e Lévy (2010) ponderam, de forma radical para alguns, os reflexos dessas práticas:

“Nesse cenário, o texto de um jornalista se distinguirá cada vez menos daquele de um expert reconhecido ou de um internauta com escrita hábil. Estamos falando efetivamente de potência. Sabemos que grande parte do uso das redes sociais é para troca de banalidades do cotidiano. Mas não só. No Brasil, já podemos ver o crescente uso e uma produção de conteúdo que tende efetivamente a elevar a qualidade dessas informações. É importante notar que, durante séculos, a massa foi apenas isso: massa sem forma, sem possibilidade de produzir informação e conteúdo, desestimulada a tomar nas mãos a emissão e colocada sempre no lugar de um consumidor, na melhor das hipóteses esclarecido (isto é, sabendo ler, escrever, escolhendo com consciência o veículo onde vai consumir a informação). Embora com pouco tempo de propagação, os exemplos mostram que podemos esperar uma melhoria crescente e evolutiva do conteúdo informacional gerado na cultura do ciberespaço”. (p. 86)

É certo que mudanças comportamentais deste porte percebidas mais notadamente desde a última década do século passado provocaram reflexos que estão sendo sentidos de forma cada vez mais dinâmica pela sociedade e, de certa maneira, preconizando outros impactos vindouros que vão reconfigurar o que conhecemos atualmente como mídia, não só na produção do conteúdo que nela circula, como também na parcela receptora desse material (que, como já adiantamos, em muitos casos,



é também hoje produtora partícipe). Nesse sentido concordamos com Felippi (2007:13), quando reflete que:

“Os novos aportes tecnológicos gerados pela pesquisa e produção de tecnologias da comunicação e da informação têm revolucionado o fazer jornalístico, reestruturando processos, eliminando etapas, dando nova dimensão às questões de espaço e tempo, tanto no que tange à produção, como na distribuição do conteúdo, seja em ondas, bits ou papel”.

Embora seja bem verdade que essa inserção na convergência não figure como um comportamento unânime nos diferentes veículos, tendemos a acreditar que naqueles cuja natureza interativa se apresenta atualmente como mais imediata (a exemplo dos que estão alocados no rádio e na Internet) esse processo não só é mais rápido como potencialmente mais perceptível. No que diz respeito ao objeto que nos serve como ponto de partida para essa reflexão (que desenvolveremos e buscaremos analisar mais adiante), percebemos que seus similares nos demais veículos pertencentes ao mesmo sistema de comunicação (a mesma notícia dos protestos do Abril Vermelho na Rádio JC/CBN Recife e no JC OnLine) manifestaram uma interseção muito mais ativa com os ouvintes e internautas. Em reflexão a partir dos escritos do próprio Jenkins (2009:29) lembramos que ele aponta que a efetiva circulação de conteúdos através dos mais distintos sistemas de mídia “depende fortemente da participação ativa dos consumidores”.

Interessante é perceber como teóricos apontavam claramente essa tendência comportamental já desde a segunda metade do século passado a exemplo de Toffler (1995:275), que chegou a nomear esse novo indivíduo com o neologismo *prossumidor*⁴: “Num mundo assim, desvanecem-se as distinções convencionais entre produtor e consumidor. O que era “estranho” torna-se “familiar” e ainda mais produção será transferida do Setor B da economia para o Setor A onde reina o *prossumidor*”. Para ele, o Setor B seria aquele no qual convencionalmente se produz mercadorias para a troca e o Setor A aquele no qual faríamos as coisas para nós mesmos. E prossegue (idem:381): “Um é o setor do mercado ou da produção, o outro é o setor do *prossumidor*. E cada um tem seus próprios efeitos psicológicos sobre nós. Pois cada um promove sua própria ética, sua própria série de valores e sua própria definição de sucesso”.

⁴ *Prossumer*, no original, para o autor seria uma espécie de junção entre os conceitos de *producer* (produtor) e *consumer* (consumidor).



Sendo assim, fazendo uma espécie de transição entre este pensamento levantado por Toffler (no original, ainda na década de 80) e focando-o mais diretamente em mídia, como nos lembra Felippi (2007:13), a tendência é que cada vez mais esse comportamento torne-se comum:

“(…) A imprensa tem se aproximado do pólo receptor da comunicação midiática, o leitor/ouvinte/expectador/navegador, ampliando as possibilidades do mesmo interagir com os meios, provocando alterações radicais se comparadas à prática tradicional do jornalismo. Ou seja, mesmo que em projetos eminentemente mercadológicos, os veículos de comunicação estão descentralizando sua produção jornalística, permitindo que o receptor alcance o status de produtor, o que possibilita, por essa perspectiva, uma discussão das funções do jornalismo e do interesse público da notícia”.

Para Karan (2007) o reflexo dessa inserção tão perceptível e cada vez mais rápida acaba se transformando também num tema bastante delicado e recai inevitavelmente em alguns valores que devem (ou pelo menos deveriam) ser levados em consideração num ambiente depositado de informações vindas dos mais diferentes lugares e fontes:

“A profissão jornalística, dentro da sociedade da informação e no processo de convergência tecnológica dentro da Pólis como espaço público de discussão do entorno imediato e de suas consequências planetárias, reforça, a meu ver, a necessidade de defesa de valores como credibilidade e interesse público; exige a disseminação de mensagens precisas, claras e contextualizadas por quaisquer suportes tecnológicos; e requer envolvimento com as novas rotinas profissionais decorrentes do volume de informações, do ritmo social e das demandas específicas informacionais por parte de cada segmento social”. (p. 117)

Nesse contexto, é particularmente interessante perceber que o autor também evolui seu pensamento em direção a outras questões igualmente urgentes, a exemplo da tentativa de delineamento da nova situação comunicacional criada a partir desse fenômeno:

“(…) O novo cenário, já em processo de mutação e consolidação, ancora-se em: a) a chamada sociedade da informação, com, potencialmente, todos enviando e recebendo mensagens; b) a convergência tecnológica no jornalismo, com as informações do tipo jornalística circulando pela rede mundial de computadores na mesma velocidade e imediatividade com que ocorrem os fenômenos sociais,

incorporando jornal, revista, televisão, fotografia, rádio, jornalismo digital com suas especificidades, planejamento gráfico e assim por diante; c) a deficiência informacional específica, gerando demandas informativas vinculadas à necessidade de dados, versões, interpretações de mundos, em setores que não podem ser contemplados, na dimensão do surgimento de fatos e versões, por qualquer mídia em geral, fortalecendo a necessidade de segmentação editorial, diversidade temática e de fontes, de propriedade e de narrativas.” (p. 117).

Nessa mesma linha de raciocínio, completam Lemos e Lévy (2010):

“As novas mídias interativas com funções pós-massivas são, mais do que informativas, verdadeiras ferramentas de conversação. Essa é uma das características que as diferenciam das mídias de função massiva de caráter mais informativo. No espaço midiático ds mídias de massa, a conversação só acontece em um segundo momento, agendada e enquadrada na esfera pública, cada vez mais difícil de visualizar nas metrópoles contemporâneas (parlamento, sede de partidos políticos, shopping centers...). Ora, as funções pós-massivas, que caracterizam de forma hegemônica o ciberespaço e vão se expandir no futuro por sua característica eminentemente conversacional (bidirecional, interativa e aberta, planetária), implicam debates e conversas não mediadas, ou mediadas pelos agentes da conversação e assim não são mais controladas por centros editores de informações. (...) Alguns autores explicitam essa transformação como funções de “gatewatching”, diferente daquelas dos “gatekeepers” dos meios massivos definidos como filtros.” (p. 70).

É bom que se registre também – como já trabalhamos em reflexões anteriores (ROCHA JR., 2009) que a própria reviravolta no comportamento da mídia tradicional no que tange à relação com o consumidor da notícia teve uma motivação mais específica. Sabemos, de qualquer forma, que houve razões historicamente econômicas para que fenômenos assim acontecessem (não é novidade que os jornais, embora com finalidade dita pública, mesmo que discutível por algumas instâncias da sociedade, são, sim, empresas – constituídas como tal e responsáveis legalmente dessa maneira – e por isso mesmo, na história dos estudos de mídia, essas organizações vêm sofrendo as pressões sociais que essa questão dialética naturalmente suscita). Convergir, fazer sua continuação no ambiente virtual não foi uma simples aposta ou espécie de comportamento de simpatia por “algo novo”. Tornou-se de um dia para o outro, de um bit para o outro, ou do analógico para o digital, uma urgente necessidade.

Ou seja, além das questões tecnologicamente urgentes, comportamentalmente visíveis na sociedade e economicamente necessárias, soma-se também o fato de todo



esse movimento em favor da convergência midiática modificar relações (que, até então, estavam...) solidificadas nos ambientes redacionais e, fatalmente, não aguardavam por essa mudança que interfere diretamente no *modus operandi* dessa organização basicamente hierárquica que é o jornalismo. Repórteres, subeditores, editores estavam todos – até onde era possível – confortavelmente instalados em suas funções e atribuições jornalísticas que, se não mudaram drasticamente nos últimos anos, enfrentaram poucas e isoladas transformações que, a seu modo, tiveram o tempo como aliado nesse processo de transição. Aliás, talvez a mudança mais sentida por essa classe tenha sido, inclusive, na década de 90, quando as máquinas de escrever foram substituídas pelos computadores, operando uma nova cultura com relação ao tempo de escrita e à revisão gráfica. Nesse sentido, estendemos o nosso delineamento teórico para algumas reflexões finais baseadas em escritos de D’Andréa (2009) que contribuem para o questionamento em torno dos impactos ocasionados por essa mudança não só na “operação jornalística”, mas também – e sobretudo – na relação que esses profissionais passaram a ter com a notícia, nos seus mais diferentes níveis de posição hierárquica no tratamento do fato. Pensar que essa nova ordem (ou essa revolução, como queiram chamar...) traz impactos diretos num sistema profissional de produção da notícia já consolidado é um bom começo no caminho da reflexão sobre o tema. De início, coloca em reflexão o autor:

“Com algumas variações – e correndo o risco de generalizar –, podemos dizer que há (ou houve) um “modelo” de produção do texto jornalístico adotado nas redações ao longo das últimas décadas. Em torno do repórter, figura central em toda rotina de confecção da matéria jornalística, tradicionalmente atuam profissionais que, em maior ou menor grau, interferem no material a ser publicado. Pauteiros, revisores, copidesques, checadores e, em especial, os editores são intermediários e influenciam na redação, ainda que, no crédito das reportagens, apenas o repórter assine e responda pelo resultado final”. (pág. 75).

Não é difícil raciocinar nesta mesma linha de pensamento que, num ambiente onde há muita informação circulando, alguns questionamentos surgem justamente em confronto direto com aquele modelo tradicional de produção de notícia. Ou seja, são todas reflexões comuns ao clima de transição no qual estamos inseridos já há um bom tempo, muito mais questionando do que prestando atenção no que temos feito enquanto essa convergência já acontece ao nosso redor.



O “Dia de Cão” e a dissolução da cultura participativa na notícia

De posse dos conceitos discutidos até o momento, voltamos então o nosso olhar para a matéria “MST invade o Recife e trânsito fica caótico”, publicada na edição de 20 de abril de 2010 no Jornal do Commercio (PE). O fato: dentro dos protestos do Abril Vermelho, cerca de dois mil manifestantes do movimento, divididos em três grupos, marcharam pelas principais avenidas da cidade (Norte, Caxangá e Abdias de Carvalho) causando um impacto no tráfego da principal via do Recife, a Agamenon Magalhães.

O protesto teria sido premeditado para chamar a atenção das autoridades para a pauta de reivindicação do movimento e acabou gerando um engarrafamento de 1,5 quilômetro na Região Metropolitana, no horário de pico do trânsito matinal, entre 7h e 9h30. Na ação, 20 policiais militares em sete viaturas tentaram acompanhar a manifestação.

O resultado foi um grande número de profissionais e estudantes que tiveram sua rotina alterada numa segunda-feira, inclusive abandonando seus veículos e tentando seguir à pé até o seu destino final naquela manhã.

A cobertura jornalística dentro do Sistema Jornal do Commercio de Comunicação: no rádio (Rádio JC/CBN Recife), o principal programa da manhã, o CBN Recife, que tem início de segunda a sábado às 9h e término às 11h, mudou sua pauta e dedicou cerca de 90% da programação daquele dia ao fato, com o âncora, o jornalista Mário Neto, baseado, sobretudo, nas contribuições vindas de dezenas ouvintes que enviavam mensagens de texto SMS para a redação dando informações sobre trânsito lento e rotas de fuga e opinando a respeito do fato; na internet (JC OnLine), a matéria começou em pequenas dimensões, publicada inicialmente às 8h55, logo no início da manhã, e durante o dia foi crescendo visivelmente em tamanho e recursos graças a colaboração internautas e repórteres daqueles e de outros veículos, até a última atualização (registrada às 16h29) com texto, galeria de imagens do protesto e vídeo (de matéria com 3m00s de duração que havia sido veiculada no TV Jornal Meio Dia, um dos principais noticiários da TV Jornal) e 45 comentários de pessoas que ajudaram a construir a notícia; no impresso (Jornal do Commercio), uma matéria de 30 linhas ocupando pouco mais de 65% do espaço da página 4 do caderno Cidades, disposta em duas fotos e um box com informações numéricas:



Figs 1 e 2: Capa da edição de 20 de abril de 2010 do Jornal do Commercio e página 4 do caderno Cidades do mesmo periódico.

O que nos interessa, de início, nessa análise, é o fato de que duas das mídias pertencentes a um mesmo sistema de comunicação (impresso e web) veicularam uma mesma notícia e a partir dela dispuseram ferramentas completamente distintas para que leitores e internautas com ela interagissem. Logo depois, também nos é especialmente atrativo o fato de que, na cobertura do veículo impresso um dos maiores traços da cultura participativa – a inserção do “consumidor”, ou seja o leitor (em transferência direta para esse caso específico, a população que opinaria sobre o fato), no âmbito midiático – tornou-se extremamente tímida, quando, na verdade, possuía um terreno fértil para ali se fazer valer (como ocorreu na internet, por exemplo), tanto pela estrutura do próprio sistema, quanto pela natureza da notícia em si.

O que chama à atenção é que ao passo que no impresso as fotos mostravam pessoas descendo dos carros, motoqueiros tentando furar o bloqueio ou outras situações que estampavam esse embate entre os dois lados da notícia (manifestantes e afetados pelo protesto), a não ser especificamente pela fala da dona de casa Nelva Alves que ficou presa num ônibus durante três horas e depois: “Eles deveriam protestar contra o



governo, não contra a população” (JC, 20/04/10, Cidades, p.4), nenhum outro recurso foi utilizado para a inserção “imediate” dos maiores afetados pelo fato (como, por exemplo, um povo fala ou outro recurso equivalente, ou até mesmo mais depoimentos de usuários de trânsito no próprio texto). A maior participação do leitor, no entanto, deu-se nas edições dos dias 22 e 25 de abril, na seção de Cartas que veicularam a opinião de três deles:

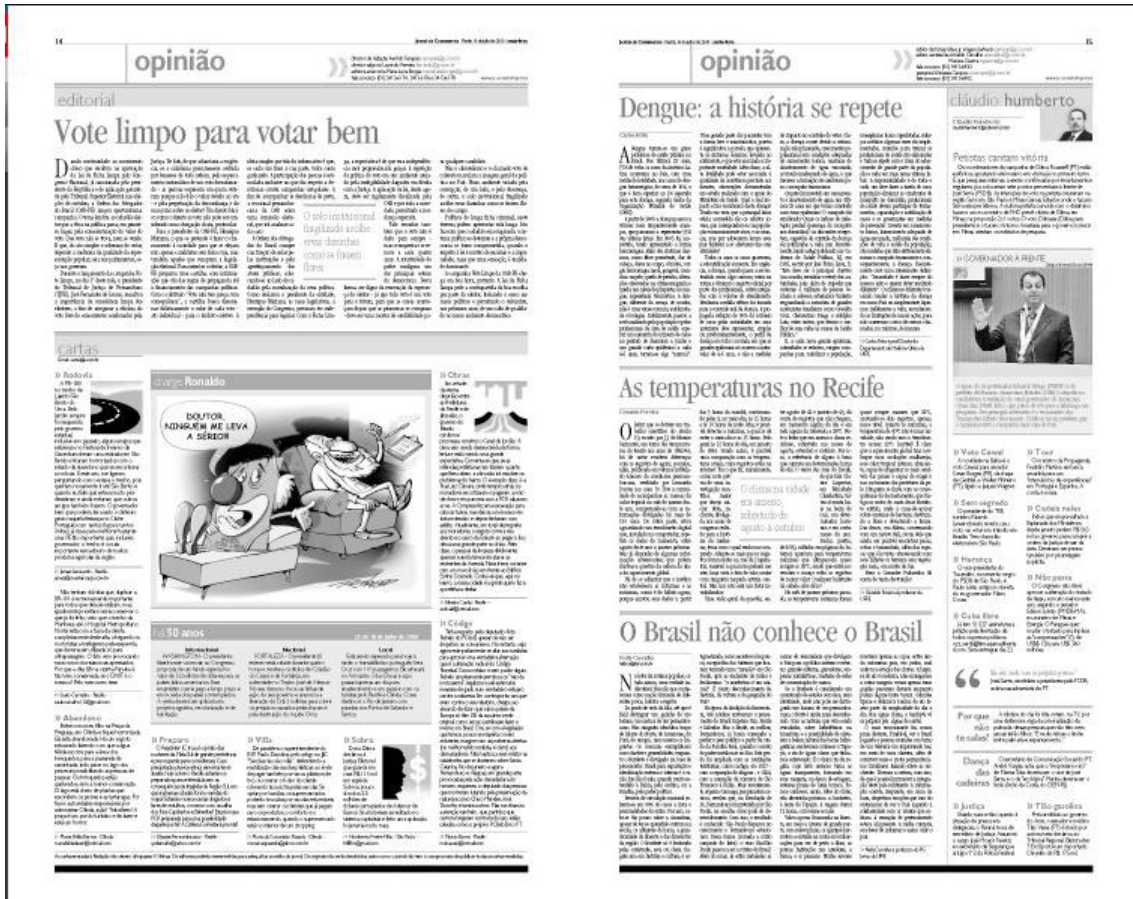


Fig. 3: Seção Cartas (no canto inferior esquerdo) no 1º Caderno do Jornal do Commercio.

22 de Abril de 2010:

» *Baderna*

Mais uma vez, utilize-me desse JC, para emitir a minha indignação contra esse movimento de baderneiros que se chama MST. As palavras do seu dirigente aqui em Pernambuco dizem tudo: “todos têm que perder”, para que eles possam ganhar. Não entendo por que nossas autoridades constituídas nada fazem em relação a esse movimento que recebe rios de dinheiro e nada produzem, a não ser bagunça e atrapalho na vida do cidadão que paga seus impostos, muitos deles compulsoriamente. Impossível uma democracia conviver com tais elementos. Necessário se faz que nossas autoridades “tomem pé” do caos, ou então será o fim. Aliás, lembro aos mais novos que esses métodos já eram utilizados pelas antigas Ligas Camponesas, que visavam a reforma agrária “na lei ou na marra”, e que utilizavam cassetetes tais quais eu vi na



televisão. É hora do basta! Democracia não é baderna. MST, até quando vamos ter que aturar?

» *Sílvio Dantas - Tamarineira - sildant@oi.com.br*

25 de Abril de 2010:

» *Invasão*

De repente surge um monte de vândalos à nossa frente, todos travestidos de pseudos trabalhadores, com seus uniformes vermelhos, de cacete na mão a impedir o tráfego, quebrando os veículos de pacatos cidadãos, comprometendo desse modo a rotina daqueles que querem trabalhar, se dirigir a um hospital para cuidar da saúde ou simplesmente passear. Ninguém tem mais dúvidas de que o MST é composto por irresponsáveis quando invadem terras produtivas, saqueiam cargas ou impedem de forma criminosa o ir e vir das pessoas. Aqueles que estão engajados nesse movimento recebem verbas do governo Lula para praticar crimes e infernizar a vida de todos. Pior é que ficam impunes já que os responsáveis pela segurança pública do Estado nada fazem para colocá-los na cadeia. Eu fico a me perguntar o que teria feito a candidata Dilma assegurar "que o presidente Lula levou paz ao campo" ao ser provocada a falar sobre o "Abril vermelho" do MST. Pois sim! Pelo visto vai pelo mesmo caminho do patrão.

» *Luiz Maia - Recife - l.maia@terra.com.br*

Fico indignada ao ver esses sem-terra invadindo casas, fazendas, prédios, etc, somente para tirar proveito de uma situação armada pelo governo. Como pode, um bando de desocupados tomar posse de coisas alheias e tudo ficar por isso mesmo? Um bando de desocupados que deveria ser recebido por policiais e ser preso como ladrões. Peço a Deus todos os dias que venham logo as eleições e que o povo não se "venda" por comida, Bolsa família, ou promessas nem sempre cumpridas. Para fora, seu bando de folgados, preguiçosos e ladrões de terceira classe, formado por uma quadrilha que existe há muito tempo no nosso Brasil.

» *Dóris Gerson - Recife - doriskohl@hotmail.com*

Em comparação aos demais veículos do sistema, essa participação tornou-se ínfima. Na internet, os 45 comentários postados ao longo do dia refletem, de certa maneira, o princípio da cultura participativa: motivados pela notícia e pela chamada "Indique um caminho alternativo para fugir do protesto", os internautas fizeram não só isso, dando um aspecto de urgência e atualidade ao fato minuto a minuto, como também encontraram espaço para expor suas opiniões a respeito da manifestação:

De: Miguel - 19/04/2010 11:50 - Imbiribeira, Av. Sul, Forte das Cinco Pontas e Centro. Caminho livre.

De: Danilo - 19/04/2010 11:02 – Para quem vem da Caxangá, caminho em direção à rua Manoel Borba, o trajeto a fazer é este: pega o atalho pelo Quartel do Derby, depois pega a avenida da Fundação Joaquim Nabuco, seguindo em direção ao Comprebem da Rua Dom Bosco, pegando a rua do Memorial São José em direção à Praça Chora Menino, depois pegando a Rua Dom Bosco em direção ao Colégio Salesiano.



De: Tiago - 19/04/2010 10:51 - *Quem está nas proximidades do Internacional deve pegar a Beira Rio, atravessar Avenida Rui Barbosa, pegar a Rosa e Silva, Avenida Norte, Cais do Apolo e finalmente cidade.*

De: Marcelo G. Freitas - 19/04/2010 10:27 - *Para quem for ao centro ou ao Recife Antigo, ir pela a Avenida Norte que está fluindo normal.*

Sobre as opiniões:

De: Federal - 19/04/2010 13:08 - *Ia passando de carro na Agamenon, justamente quando esse protesto estava acontecendo. Fiquei parado 45 minutos nas imediações do Hospital da Restauração, vendo os “pacíficos” do MST interromperem o trânsito como se todos fossem vadios como eles!*

De: Diana - 19/04/2010 10:00 - *Isso é um absurdo! Essa cidade não tem nenhuma organização nem estrutura para barrar esses protestos que vivem acontecendo e transformando o trânsito num caos pior do que já é. Todos têm direito de protestar, mas não de atrapalhar o direito de ir e vir dos cidadãos. Cadê a polícia e a CTTU? Não fazem nada! Só assistem ao protesto! Absurdo. Até quando vamos aguentar? Sem entrar no mérito do próprio movimento, que usa de ideologias para acabar com o patrimônio de pessoas que suaram e trabalharam a vida toda para conquistar. Isso se chama roubo. Ladrões!*

De: PeixotoPS - 19/04/2010 10:00 - *Parar o maior cruzamento da cidade em plena hora do rush realmente vai ajudar bastante. Depois reclamam quando a população não dá a mínima para a causa deles.*

Cartas e comentários num Abril Vermelho

Com a rápida observação sugerida neste trabalho, procuramos refletir a respeito da prática cada vez mais urgente de ações de cultura participativa em veículos midiáticos. Acreditamos que, nos jornais impressos, embora tenha uma ferramenta histórica voltada para essa participação (o comumente denominado “povo fala”), essa mídia deve avançar e muito com relação à profusão de possibilidades expostas na Internet. Vale salientar que o que queríamos levantar em discussão aqui não era a possibilidade de um veículo ou de outro com relação à cultura participativa ou apenas uma mera e simples comparação entre as coberturas realizadas, mas, apenas o fato de que um dos veículos (no caso, o impresso Jornal do Commercio) direcionou parte dos seus recursos de proximidade com o leitor dias depois do evento em um setor localizado do jornal (a seção Cartas, no 1º Caderno).

O fato da dona de casa Nalva Alves ser a única “representante” desse enfoque da notícia no Jornal do Commercio demonstra a percepção que os produtores jornalísticos (em seus vários níveis) tiveram a respeito da possibilidade de apenas uma voz tomar figura, de início, como sendo o espelho dessa parcela de atores envolvidos na notícia. É



evidente que características como a instantaneidade e a própria noção de espaço mais expandido – comum aos veículos dispostos na internet –, que gerou 45 comentários na web, também devem ser levadas em consideração, inclusive se colocadas em contraste com a aparentemente “pouca” possibilidade de se desenvolver essas características no meio impresso, numa matéria de 30 linhas disposta em quatro colunas e acompanhada de duas fotos.

Tais constatações fazem com que reflitamos claramente em direção à cultura participativa no meio impresso, em questionamentos como de que forma ela pode ser agregada a essa mídia, ou se já vem sendo agregada, o que pode ser feito para expandir essa cultura, ou ainda se é realmente necessário ou urgente fazer com que esse conceito seja de alguma forma inserido, difundido ou trabalhado nesse meio.

Referências

- BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Sulina, 1980.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- D'ANDRÉA, Carlos. **Colaboração, edição, transparência: desafios e possibilidades de uma “wikificação” do jornalismo**. In: SOSTER, Demétrio de Azeredo e SILVA, Fernando Firmino (orgs). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2009.
- FELIPPI, Ângela, SOSTER, Demétrio de Azeredo e PICCININ, Fabiana (orgs). **Metamorfoses jornalísticas: formas, processos e sistemas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2007.
- JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- KARAN, Francisco José Castilhos. **O jornalismo na era da sociedade da informação, da convergência tecnológica e da segmentação editorial: algumas observações**. In: HAUSSEN, Doris Fagundes; CIMADEVILLA, Gustavo e MORAIS, Osvando J. de. (orgs.). **A comunicação no mercado digital: 1º Colóquio Brasil-Argentina**. São Paulo: Intercom, 2007.
- LEMONS, André e LÉVY, Pierre. **O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia**. São Paulo: Paulus, 2010.
- ROCHA JR., Dario Brito. **Convergência midiática: e agora? e depois? questionamentos sobre informação e opinião no jornalismo**. In: Revista Symposium – Ciências, Humanidades e Letras. Ano 13, nº 2 (jul-dez). Recife: Fasa, 2009.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Rio de Janeiro: Record, 1995.